



**ACÓRDÃO Nº1600/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11527/2016.**

**Apensos:** Processo nº 11934/2015.

**2- Assunto:** Embargos de Declaração

**3- Embargante:** Neilson da Cruz Cavalcante

**4- Advogado:** Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Any Gresy Carvalho da Silva - OAB/AM 12438, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331 e Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975

**5- Procurador de Contas Oficiante do Processo:** Dr. João Barroso de Souza

**6- Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Embargos de Declaração.

*Conhecimento. Não Provimento. Determinação.  
Ciência. Arquivamento.*

**7- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art.11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**7.1. Conhecer** os Embargos de Declaração opostos pelo Sr. **Neilson da Cruz Cavalcante**, por meio de seus procuradores, contra o Parecer Prévio nº 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno, considerando que restou demonstrado o adimplemento de todos os requisitos de admissibilidade descritos nos arts. 145 e 148, da Resolução nº 4/2002-TCE/AM;

**7.2. Negar Provimento** no mérito, aos Embargos de Declaração opostos pelo Sr. **Neilson da Cruz Cavalcante**, por meio de seus procuradores, contra o Parecer Prévio nº 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno, em razão da ausência de contradição, conforme fundamentação do Voto;

**7.3. Determinar** de ofício, a reforma do Parecer Prévio n. 32/2023 e do Acórdão n. 32/2023 – TCE – Tribunal Pleno, para adequá-los ao processamento indicado na Exposição de Motivos n. 2/2023/SECEX, aprovada pelo Tribunal Pleno, os quais deverão ter a seguinte redação:

PARECER PRÉVIO

**7.3.1. Emite Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das Contas de Governo** da



**ACÓRDÃO Nº1600/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Prefeitura do Município de Presidente Figueiredo, referentes ao exercício de 2015, sob a responsabilidade do Sr. **Neilson da Cruz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, I, e do art. 58, “b”, ambos da Lei nº 2.423/1996, c/c o art. 11, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e aos arts. 40, I, e 127, caput e §§2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, conforme irregularidades identificadas quanto aos atos de governo, constantes da fundamentação do Voto.

**ACÓRDÃO**

**7.3.2. Determinar o encaminhamento**, após a publicação, do Parecer Prévio aprovado pelo plenário e de cópia integral do processo à **câmara municipal de Presidente Figueiredo**, a fim de que exerça a competência prevista no art. 127 da Constituição do Estado do Amazonas no que tange a julgar as referidas contas de governo;

**7.3.3. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, sob pena de aplicação de sanção por esta Corte de Contas, em caso de reincidência, que:

**7.3.3.1.** Adote um sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48, parágrafo único, inciso III e art. 48-A da LRF c/c Decreto nº 7.185/2010, arts. 2º e 7º (itens 102 e 103);

**7.3.3.2.** Tome as providências no sentido de que o débito do PASEP referente ao exercício de 2015 - diferença - seja devidamente quitado (item 101);

**7.3.3.3.** Tome as providências no sentido de que os históricos dos lançamentos contábeis da entidade estejam de acordo com a boa técnica e as normas contábeis, especialmente a ITG 2000 – Escrituração Contábil (itens 6/letra “d”, 11 e 14), de modo a atender as necessidades de informação dos usuários em geral da contabilidade (transparência), especialmente aqueles que fazem auditoria contábil (item 100);

**7.3.4. Determinar à Secex** que adote as medidas necessárias para a **autuação de processo de Fiscalização de Atos de Gestão – FAG** com relação às irregularidades identificadas pelas unidades técnicas que se referem a atos de gestão, conforme disposto no subitem 35.4 da Exposição de Motivos



**ACÓRDÃO Nº1600/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

nº 2/2023/SECEX aprovada pelo plenário em 25/4/2023;

**7.3.5. Determinar**, diante as irregularidades identificadas e dos indícios de improbidade administrativa, a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as medidas que considerar cabíveis no âmbito de sua atuação, na forma do art. 22, §3º, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 190, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**7.3.6. Arquivar os autos**, expirados os prazos legais.

**7.4. Dar ciência** do voto e da decisão plenária superveniente ao Sr. **Neilson da Cruz Cavalcante**, por meio de seus procuradores;

**7.5. Arquivar** após expirados os prazos legais.

**8- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**9- Data da Sessão:** 1 de Agosto de 2023

**10- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente - não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**11- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral